

A SOCIEDADE CIVIL E SUAS POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL

*Danuta Estrufika Cantóia Luiz**

RESUMO

Partindo do pressuposto de que é atributo da Sociedade Civil a função de decidir e intervir nas relações e necessidades sociais - sem eximir o Estado de suas responsabilidades sociais - o presente artigo traz a discussão sobre a reconstrução de um espaço público, não estatal, de caráter emancipatório, como possibilidade de intermediação das complexas relações entre o Estado e a Sociedade.

PALAVRAS-CHAVE

emancipação, participação, sociedade civil

Pensar nas problemáticas que envolvem a relação Estado / Sociedade requer um empreendimento intelectual de contextualização dos determinantes estruturais desenhados por ambos, no cenário onde estão situados. Pensar, na atualidade, a valorização da Sociedade Civil e suas possibilidades de emancipação social nos debates acadêmicos requer uma retomada de algumas marcas de sua configuração.

Um destes determinantes é o ideário liberal que marcou a vida social no último século. Somos conhecedores de que as propostas do liberalismo¹ de democracia, igualdade, fraternidade e liberdade

* Professora Assistente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, doutoranda em Serviço Social na PUC – São Paulo. Pesquisadora Associada do Núcleo de Pesquisa sobre desigualdade e exclusão no espaço local - UEPG.

¹ Para Bobbio (1994) liberalismo tem definição difícil, pois se manifesta em diferentes países e em tempos históricos distintos, um dos motivos que lhe dá a possibilidade de oferecer uma definição bastante genérica: um fenômeno histórico que se manifesta na Europa na Idade Moderna. Tem como princípio fundamental a afirmação do indivíduo como elemento a partir do qual se organiza o social. "Individualidade, Fraternidade, Liberdade", liberalização do mercado e minimização do Estado são alguns dos seus principais fundamentos.

não lograram êxito e nem benefícios para a maioria da população, mas, sim, trouxeram um agravamento da pobreza, da questão social, da concentração de poder e renda e, conseqüentemente, o desencadear da exclusão social.

Mais recentemente, as propostas neo - liberalizantes acabaram por mascarar o Estado como “barreira ao desenvolvimento”, com o objetivo de apropriação do Estado por setores do capital, para ser seu mecanismo de controle de hegemonia. No entanto, “... o caráter mínimo do Estado só está presente na deterioração das políticas sociais, no caráter de maiores geradores de desemprego (...) no enfraquecimento generalizado da educação pública, da saúde pública, etc. Por isso falamos de Estado mini-max: máximo para o capital, mínimo para o trabalho.” (SADER, 1999, p. 126) E quem mais sofre com as conseqüências destas políticas é a população pobre, com desemprego e exclusão social, pois o neoliberalismo, ainda segundo o autor, “... deixa como legado uma brutal concentração monopólica na produção, no comércio, nas finanças e nos meios de comunicação; o aprofundamento nas condições de pobreza e exclusão vividas pelas grandes majorias; bem como a destruição da intervenção social do Estado em nome e benefício do mercado.” (SADER, 1999, p.126)

Em rápidas e sintéticas palavras, cada uma delas traduzindo inúmeras teses e considerações, desenhou-se, um quadro onde “...o Estado parece estar a perder o estatuto de unidade privilegiada de análise da prática social (...) com o objetivo comum de reduzir a responsabilidade do Estado na produção do bem-estar social.” (SANTOS, 2000, p. 155)

O Estado, reduzindo sua ação nesta área, faz com que estejamos cada vez mais longe da equidade social, visto que é bastante perigoso deixar o bem estar social a cargo do mercado. Para este último, a cidadania se resume na possibilidade de o indivíduo ser um consumidor, isto é, importa apenas aquilo que podemos consumir. A classe que tem poder aquisitivo não precisa do Estado como provedor de bem - estar ou de serviços, haja vista que ela pode comprar estes produtos no mercado, passando, então, a ser consumidora, incluída neste processo. E, aqueles que não têm o poder aquisitivo, excluídos ficam à mercê da filantropia, da solidariedade... Os gastos sociais não encampados pelo Estado devem ser assumidos pela sociedade civil, ou até mesmo, pelo próprio usuário dos serviços. As marcas das políticas sociais estatais passam a ser ainda mais precárias e marginais.

Não é por acaso que hoje se observa a supervalorização do mercado e do Terceiro Setor, com alternativas “eficazes e modernas” de contenção dos problemas sociais. Com isso assiste-se ao fenômeno conhecido e chamado de refilantropização da questão social², como um retorno a velhas práticas de benemerência e assistência, negando-se todo um movimento de conquistas sociais, traduzidas em direitos sociais, inscritos no interior do Estado.

É difícil entender, como modernidade, a complexificação dos vários problemas desencadeados pelas conseqüências desse ideário neoliberal; como o mercado, através de sua mão invisível e/ou a sociedade civil, através da solidariedade irá equacioná-los.

Em nível mundial e nacional, essas marcas ganharam espaço e são consideradas exemplo de modernidade. Como o Brasil tem forte influência e dependência internacional, através das agências de financiamento, não houve hesitação em incorporar as orientações daí advindas. São bem conhecidos, por nós, os vários cortes ocorridos na área social, desde o governo Collor, e com presença marcante no governo FHC, em nome da modernização brasileira.

Este quadro nos faz lembrar o balanço crítico que Santos (1996) faz do projeto da modernidade que está assentado em dois pilares fundamentais: **o da regulação e o da emancipação**. **O pilar da regulação** é constituído pelos princípios do Estado, pelo princípio da Comunidade e pelo princípio do Mercado, que devem estar articulados e organizados de tal forma que se auto-sustentem internamente. Porém, historicamente, dois princípios destacaram-se hegemonicamente: o do Mercado e do Estado, por terem o controle econômico e político nas mãos, ficando a comunidade em segundo plano. **O pilar da emancipação** é constituído pela articulação entre três dimensões da racionalidade: racionalidade moral-prática do direito moderno, racionalidade cognitivo experimental da ciência e da técnica modernas, e pela racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura modernas. Neste pilar também houve a superposição da ciência e da técnica a serviço da tecnologia e do capital.

Conforme Santos, o “... equilíbrio pretendido entre a regulação

² Yasbek discute esta questão nos seguintes artigos: A Política Social Brasileira nos anos 90: Refilantropização da Questão Social. Cadernos da ABONG, out. 1995 e Terceiro Setor e Despolíticação da Questão Social 2000 - texto digitado.

e a emancipação obtém-se pelo desenvolvimento harmonioso de cada um dos pilares e das relações dinâmicas entre eles.” (SANTOS, 1996. p. 236). Porém a marca da modernidade, que se identificou com a trajetória do capitalismo / liberalismo, é o desequilíbrio dos dois pilares, prevalecendo a regulação numa racionalidade formal, que se configura, para a sociedade, na hegemonia de um pensamento social positivista³ - liberal de reprodução do capitalismo, regulamentando a vida global (econômica, social e política). A emancipação⁴ também se fez presente na modernidade, porém numa posição desprivilegiada em relação à do pilar da regulação.

Para Santos (1996), a emancipação passa pelo alargamento e aprofundamento da democracia, e esse pensador cita como referência a ação dos movimentos sociais na Europa, que tentaram combater os excessos de regulação social nos anos sessenta, e, depois, nos anos oitenta. Considera, também, que essa referência não conseguiu lograr todo sucesso, mas ficou a necessidade de continuar a luta pela democracia; que não se limita a compensar as lacunas do Estado, pela benevolência, nem dispensa o Estado das suas obrigações sociais perante a cidadania, mas sim implica o cultivo de um campo imenso de revalorização da comunidade, da história, da experiência, da cultura, que constituem, por excelência, a pedagogia da emancipação.

Paralelamente a essas possibilidades, a bibliografia atual tem trazido a discussão sobre o “esgotamento dos limites da capacidade de tolerância” (NETTO, 1995) e a emergência de propostas/alternativas contra essa racionalidade formal/ofensiva neoliberal. A exemplo, temos, segundo Giddens ...

...o neoliberalismo está em apuros (...) A principal razão é que suas duas metades - fundamentalismo de mercado e conservadorismo

³ O pensamento social positivista, segundo Costa, em síntese “...procuraria ajustar todos os indivíduos as condições estabelecidas que garantiam o melhor funcionamento da sociedade, o bem comum e os anseios da sociedade(...) integração e ajustamento dos elementos aos princípios reguladores (...) Os movimentos reivindicatórios deveriam ser contidos sempre que pusessem em risco a ordem estabelecida ou o funcionamento da sociedade (...) justificava a intervenção na sociedade sempre que fosse necessário assegurar a ordem ou elevá-la ao progresso.” (COSTA, 1987, p. 45-46)

⁴ O tema emancipação tem várias dimensões, como por exemplo a emancipação política de cidades, nações, de pessoas pela maioria, pela conquista de direitos, pelas expressões éticas e políticas, consciência de classe (marxismo). Assim como, a emancipação social pode se dar pelo envolvimento participativo da sociedade na gestão da vida social, entre outros. Desta gama de dimensões estaremos nos detendo na última, ou seja, nas alternativas de mobilização social, de envolvimento participativo da sociedade, conforme poder-se-á perceber na seqüência do texto.

- estão em tensão (...) A devoção ao livre mercado por um lado, e a família tradicional por outro, é uma contradição (...) nada destrói mais a tradição que a 'revolução permanente das forças de mercado (...) o neoliberalismo cria novos riscos e incertezas e pede aos cidadãos que simplesmente os ignorem. Ademais, ele negligencia a base social dos próprios mercados... (GIDDENS, 2000, p. 25)

Também em Therborn encontramos que "...a resistência social contra o neoliberalismo está crescendo, inclusive em alguns países da Europa Oriental e, mais claramente na Europa Ocidental. Este é um dado eloqüente." (THERBORN, 1999, p. 137)

Isso é confirmado por Borón, quando diz que "... nada na história nos autoriza a pensar que o neoliberalismo como fórmula econômica - política de governo alcançou uma hegemonia total e definitiva... os tempos do neoliberalismo serão muito mais curtos do que se supõe." (BORÓN, 1999, p. 57)

E ainda Pereira alerta que "... as propostas para a saída da crise latino americana apontam para uma série de elementos que, de forma combinada, sempre estiveram ausentes na história da região: **democracia**, crescimento econômico, equidade". (PEREIRA, 1996, p.122) (grifo nosso)

Ressaltamos que o entendimento de democracia, que passa essas discussões, deve superar os mecanismos insuficientes da democracia tradicional, nos quais predominam os interesses da classe dominante. Para frear a tendência ideológica dominante e enfrentar a crise e o redimensionamento da relação Estado - Sociedade, faz-se necessária a construção de uma nova regulamentação democrática, que também tem se mostrado viva e necessária para a facção crítica da sociedade⁵. O demonstrativo de tal tendência é a evolução considerável da concepção e prática da democracia, fruto dos embates históricos que constituem a sociedade. Seu significado difundiu-se histori-

⁵ No entendimento dos países desenvolvidos e de políticos liberais a democracia já está instalada na América Latina, porém bem sabemos que a democracia num país não se limita ao direito de voto, a organização de partidos políticos, a representação - mecanismos tradicionais da democracia representativa. Discute-se na atualidade a articulação da democracia representativa com a democracia direta, com o surgimento de "novos espaços". "Hoje, quem deseja ter um indicador do desenvolvimento democrático de um país deve considerar não mais o número de pessoas que têm direito de votar, mas o número de instâncias diversas daquelas tradicionalmente políticas nas quais se exerce o direito de voto." (BOBBIO, 1987, p. 157). Há que se considerar não somente o número destes novos espaços, mas a qualidade realmente pública dos mesmos.

camente e pode designar desde o direito individual de participação no trabalho, na família, na vida cotidiana até as formas de governo.

Os princípios do Mercado acobertados pelos do Estado, como estão configurados atualmente, levam a certeza de que é difícil pensá-los comprometidos

com as demandas e necessidades da classe trabalhadora, e que, em nome da democracia, concretizem ações de atendimento definitivas à questão social. As lutas deverão partir de outro lado: o alargamento da democracia depende da participação de segmentos interessados nas discussões e deliberações coletivas, de interesse público, ultrapassando as formas burocráticas tradicionais (que já estão desgastadas), tensionando demandas e ocupando possíveis e novos espaços. Deste processo, queremos acreditar, resultarão ressonâncias junto aos espaços públicos, num processo de “elasticização” da consciência e da emancipação social (LUIZ, 1997).

Apesar da tendência conservadora colocar-se hegemonicamente, sabe-se, através da academia, da imprensa restrita, que existe outra tendência que se tem colocado na contemporaneidade. É a tendência de considerar o espaço público diferente do estatal, de um referencial coletivo que combine representação política, já instituída oficialmente, com democracia participativa, onde cidadãos conscientes da responsabilidade pública gestionem, inclusive, a vida coletiva.

Então, o caráter e o espaço públicos, a que nos referimos, têm a grande função de contribuir para o restabelecimento de relações sociais voltadas para a cidadania e humanização da vida em sociedade, diferentes das hoje dominantes (mercantilização das relações sociais e econômicas). Um espaço público que, segundo Habermas se constitui numa **esfera social politizada**, que foge aos âmbitos estatal e privado, incluindo a organização de pessoas privadas com fins públicos, para tratar de questões de interesse geral. Com essa **socialização da política** abrem-se espaços possíveis de co-gestão da vida pública, os quais “...conseguem traduzir os antagonismos econômicos em conflitos políticos” (HABERMAS, 1984, p. 174)

Raichelis, também referindo-se a Habermas, ressalta que uma sociedade atravessada por antagonismos, “... típica do capitalismo, leva a que os sujeitos sociais tenham de se organizar na defesa de seus interesses (...) instituições (partidos, organizações sindicais, associações corporativas, entidades pastorais) que possam assumir a tarefa

de mediação entre a sociedade civil e o Estado” (RAICHELIS, 1998, p. 52)

Em função deste novo quadro, a constituição de um espaço público à modernidade tornou-se uma intermediação das complexas relações entre Estado e Sociedade Civil. Com isso, as funções de se pensar as relações e necessidades sociais, não como atributo exclusivo do Estado, mas com o envolvimento da Sociedade Civil (que é a mais interessada e que sofre as determinações da vida social) demonstram o **potencial emancipatório do ideal democrático**.

Portanto, democracia não combina com o predomínio de interesses de uma minoria majoritária; como nos diz Ingraó, “a democracia moderna é subversiva no sentido em que revela o fato de não ser completa e exige ser completada” (apud CARNOY, 1994, p. 217), isto é, a aclamação ao advento da democracia é duplamente composta: por um lado, a positividade da participação popular nos mecanismos, regras e nos processos democráticos de todas as instâncias da vida social e, por outro, a coexistência de práticas autoritárias que se dizem democráticas, frente à necessidade da democracia ser completada, o que pode ser feito por qualquer sujeito ou facção coletiva que compõe a realidade. Assim, a participação e a democracia têm este duplo caráter: de legitimação de um poder que se abre para incorporar as demandas sociais e o atendimento da lógica neoliberal, e o outro, de contra-tendência a esse poder, que luta pela cidadania.

A ocupação desse espaço – da democracia e da participação – abre várias possibilidades. A construção de caminhos democráticos é desafiante, e perpassada por crises econômico-político-sociais, torna mais ardentes os caminhos; mas é na movimentação dual e contraditória da relação Estado Sociedade, que vamos encontrá-los.

Telles (1998) também nos fala desses desafios, dizendo que o maior deles diz respeito à construção de parâmetros públicos que reinventam a política. É por este ângulo que as vocalizações locais poderão apostar numa ampliação do espaço participativo e democrático, através de “fóruns catalisadores de diversas forças sociais” (SPOSATI, 1997), como enfrentamento à tendência conservadora hegemônica na sociedade e como horizonte a ser buscado para a emancipação social.

Esses fenômenos são difíceis de serem entendidos sem a referência das contribuições gramscianas⁶ sobre hegemonia, sobre a

supremacia da regulação na sociedade moderna e também, para encontrar caminhos, visualizar possibilidades de uma contra - hegemonia, respaldados num projeto ético - político diferente de vida social.⁷

Para se chegar a esse momento ético político, é preciso vencer o corporativismo, a visão particularista e restrita (...) somente se elevando ao nível ético político, as classes sociais conseguirão dar conta à própria ação (...) sair da passividade, para Gramsci, é alcançar o nível superior, é deixar de aceitar a subordinação que a ordem capitalista impõe a amplos estratos da população, é deixar de ser 'massa de manobra' dos interesses dominantes. (SIMIONATO, 1995, p. 45)

As possibilidades de contra-hegemonia dependem, além de outros fatores colocados por Gramsci,⁸ do envolvimento, de uma atividade, de uma inserção, de insubordinação, de resistência social e da não aceitação da ideologia dominante. Uma categoria bastante importante neste processo é a cultura, através da qual a classe subalterna poderá ser politizada e daí a sua inserção, a sua participação na construção de um novo bloco histórico, reelaborando uma proposta transformadora de sociedade, a partir de "baixo".

Movimentos e organizações sociais e/ou populares têm se colocado na sociedade - apesar das características da sociedade brasileira - de baixa participação no controle público de questões sociais (por razões históricas que vêm desde a colonização e atravessam o desenvolvimento da sociedade brasileira) e apesar, também, da quase destruição destes movimentos, pela ideologia neoliberal.

Pensar a presença de movimentos e organizações implica, também, fortalecer as formas de organização social e sua vinculação consciente à problemática econômica e social, pois são inseparáveis; assim como reconstruir um espaço público de interesses e poderes

⁶ No contexto ideológico e político em que Gramsci escreveu suas teses vivia-se a esperança na revolução. Hoje este paradigma já não é referência tão presente nos debates, porém sua contribuição analítica da sociedade e do Estado é importantíssima ainda na atualidade. SIMIONATO (1995) COUTINHO (1988) BOBBIO (1982), NOGUEIRA (1988) entre outros.

⁷ A análise e a teorização gramsciana passam por amplos estratos da população, pela massa, pela classe social. Por mais que o presente texto não vá abordar diretamente estas categorias, devemos recorrer a seus conteúdos, às argumentações e análises presentes no pensamento gramsciano, para investigar questões inerentes à Sociedade Civil, às corporações, às organizações, às possibilidades de emancipação social e de contra-hegemonia.

⁸ Base econômica, estrutura e superestrutura, modo de produção, atividade cultural, atividade política...

socializados. “Se o monitoramento cívico é estabelecido no seio da sociedade civil, terá uma chance muito maior de se tornar efetivo, embora, é claro, o debate será ainda necessário para obter uma maioria popular para a execução de políticas progressistas.” (BLACKBURN, 1999, p. 119)

Finalizando com as palavras de Blackburn, este debate ainda é necessário e está na ordem do dia, para tanto devemos ter como referência toda a problematização das relações Estado / Sociedade, o duplo sentido da participação social, o entendimento de Sociedade Civil como um espaço heterogêneo e de luta, a necessidade de ampliação dos espaços públicos democráticos, sem eximir a responsabilidade estatal perante a questão social. Como também, não perdermos de vista as referências históricas das conquistas sociais advindas da Sociedade Civil, através das classes populares e trabalhadoras e que ainda podem produzir ressonâncias, como possibilidade de luta, no processo de emancipação social.

ABSTRACT

Starting from the point that the function of deciding and intervening in the social relations and necessities, is an attribute of Civil Society – without releasing the State from its social responsibilities – this study discusses the reconstruction of an emancipatory nature not state public space, like a possibility to intermediate the complex relations between State and Society.

KEY WORDS

Emancipation, participation, civil society

REFERÊNCIAS

BLACKBURN, Robin O Capitalismo cinzento e o problema do Estado. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (org). **Pós – neoliberalismo II Que estado para que democracia** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOBBIO, Norberto. **O Conceito de Sociedade Civil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

_____. **Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Matteucci, Nicola e Pasquino, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 6.ed. Brasília: UNB, 1994.

BORÓN, Atílio. A Sociedade Civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo. **Pós Neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. Os "novos Leviatãs" e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (org). **Pós – neoliberalismo II Que estado para que democracia** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 4.ed. Campinas: Papirus, 1994.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 1987.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social – democracia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LUIZ, Danuta Estrufika Cantoia. **A organicidade da sociedade civil pontagrossense através das ONGs**. São Paulo.1997. 161 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUC.

NETTO, José Paulo. Repensando o balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo. **Pós-Neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático**, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995.

PEREIRA, Potyara A. P. **A Assistência Social na Perspectiva dos Direitos: a crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília : Thesaurus, 1996.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social : Caminhos da construção democrática**. São Paulo : Cortez, 1998.

SADER, Emir. Balanço de Neoliberalismo (comentarista). In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo. **Pós - Neoliberalismo. As Políticas e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995.

_____. Estado e Democracia: os dilemas do socialismo na virada do século. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo. **Pós – neoliberalismo II Que estado para que democracia** 2 Ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice. O Social e o Político na pós-modernidade**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **A crítica da razão indolente : Contra o desperdício da experiência**. São Paulo : Cortez 2000.

Luiz, Danuta E.C. *A sociedade civil e suas possibilidades de emancipação social*

SIMIONATO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social**. Florianópolis : Editora da UFSC; São Paulo : Cortez, 1995.

SPOSATI, Aldaíza. Conjuntura da Assistência Social Brasileira. **Cadernos Abong**, São Paulo: Abong São Paulo. N. 19. Série Especial. Subsídios às Conferências de Assistência Social, 1997.

TELLES, Vera. No Fio da Navalha: entre carências e direitos. **Revista Pólis** n.30, São Paulo : Publicações Pólis, 1998.

THERBORN, Goran. As teorias do Estado e seus desafios no fim do século. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo. **Pós – neoliberalismo II Que estado para que democracia 2** Ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.

YASBEK, Maria Carmelita. A Política Social Brasileira nos Anos 90: A Refilantropização da Questão Social. **Caderno ABONG**. São Paulo : ABONG, out. 1995.

_____. Terceiro Setor e a Despolitização da Questão Social Brasileira. **Texto digitado**, 2000.